



Diário Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA EM, 11 DE MAIO DE 2001

N.º

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 271/2001, de 11 de maio de 2001

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Associado a Ações sócio-educativas, e determina outras Providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Ar. 1º - Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima Associado a Ações sócio-educativas.

§ 1º - São Beneficiários do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

§ 2º - Para os fins do parágrafo anterior considera-se:

I - família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com elas possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

II - para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de ano completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União;

III - para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade da família dividida pelo número de seus membros.

§ 3º - O Poder Executivo poderá reajustar o limite da renda familiar per capita fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.



Diário Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, EM 11 DE MAIO DE 2001

N.º

Cont...

Art. 2º - O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na renda escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de prática desportivas e culturais em horário complementar ao as aulas.

§ 1º - O Poder executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingir os objetivos do programa.

§ 2º - As despesas decorrentes dos disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de suas implementação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsas - Escola", instituído pelo Governo Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao programa.

§ 2º - Compete à Secretaria de Educação e Desporto do Município desempenhar as funções de responsabilidade dela, em decorrência adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa - Escola".

Art. 4º - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, com as seguintes competências:

I - acompanhar e avaliar as execução das ações definidas na forma do § 1º e o art. 2º;

II - aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiários do programa;

III - aprovar os relatórios trimestrais de frequências escolar das crianças beneficiárias;

IV - estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;

V - desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima - "Bolsa - Escola";

VI - elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno;



Diário Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAÍBA, EM 11 DE MAIO DE 2001

N.º

Cont..

VII – exercer outras atribuições estabelecidas em normas completares.

§ 1º - O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 11 (onze) membros, nomeados pelo Chefe do poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

- I – Represente do Sindicato Rural;
- II – Representante do Conselho Tutelar;
- III – Representante do Corpo Docente;
- IV – Representante do Poder Legislativo;
- V – Representantes de Religiões;
- VI – Membros de Livre Nomeação.

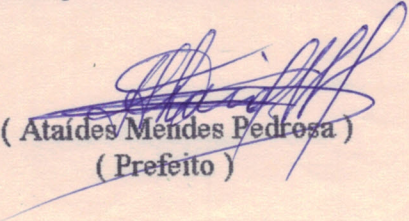
§ 2º - Não será remunerada a participação dos membros do conselho instituído nos termos deste artigo, ressalvado a ressarcimento das despesas comprovadas e necessárias às reuniões.

§ 3º - É assegurado ao Conselho de que trata esta artigo o acesso a toda documentação necessária ao exercício de sua competências.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alhandra, em 11 de maio de 2001.


(Ataídes Mendes Pedrosa)
(Prefeito)